

***Diretrizes Curriculares
Municipais para a Educação
da Infância***

***Mogi das Cruzes - SP
2007***



***Prefeitura Municipal de
Mogi das Cruzes***

***Secretaria Municipal de
Educação***

***Grupo elaborador das
Diretrizes Curriculares***

Andrea Rodrigues Barbosa Marinho
Anne Ivanovici
Aparecida Donizete de Moraes Yamamoto
Arlete Sakai Beono
Conceição Aparecida Calcagno da Silva
Darly Aparecida de Carvalho
Eliana Souza Coelho
Helaine Cristina Bio Margarido
Juliana de Paula de Melo Santos
Kennedy José de Paula
Leni Gomes Magi
Lilian Gonçalves
Lucy Ribeiro da Silva
Marina Dias Nogueira
Neuraide de Rezende Fujita
Ofélia Aparecida da Costa Fernandes
Renata Agueda de Souza
Rosemeire Tonete de Carvalho
Rosilda de Jesus Rissoni
Sara Aparecida Escobar Cucik
Valéria Lopes Campolino
Wagna Suely Ribeiro dos Anjos

***Aprender a Ser
Consultoria e Assessoria
Educativa***

Cláudio Castro Sanches
Emilia Cipriano Sanches

Sumário

Apresentação	7
Introdução	11
O Ensino Municipal de Mogi das Cruzes	15
Pressupostos	21
Alinhamento Conceitual	27
Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância	33
Marcos Legais	45
Bibliografia Básica	49
Plano Municipal de Educação	55

Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



Para nós educadores

Os educadores devem, sem mais tardar, tomar consciência e realizar esforço para o rejuvenescimento que se impõe, rejeitar os chapelões e as saias pregueadas de uma época que ficou para trás, pôr-se ousadamente à escuta da nova vida, adaptar-se a essa vida, a seu espírito, a suas técnicas, a suas obrigações; parar de desprezhar o futuro perigoso à vida ascendente; atualizar-se.

A escola tem que se modernizar. A escola tem de reencontrar a vida, mobilizá-la, dar-lhe um objetivo. E, para isto, deve abandonar as velhas práticas, mesmo que elas tenham tido a sua majestade, e adaptar-se ao mundo do presente e do futuro. É necessário, sobretudo, que os pais e os educadores tomem consciência do fato evidente de que a vida mudou, as necessidades das crianças e do meio já não são as mesmas, e que, em virtude disto, as respostas de ontem já não são forçosamente válidas e é necessário a todo custo reconsiderar os problemas. Nós somos educadores que tentamos dentro de nossas próprias aulas, fazer passar para a prática, as idéias e os sonhos teóricos.

Temos de fazer nascer o futuro no seio do presente e do passado, o que implica não um espetacular apelo à novidade, mas prudência, método e uma grande humanidade.

Freinet

Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



Apresentação

Ao assumirmos a gestão da Secretaria da Educação em janeiro de 2001, nossa preocupação foi implementar as ações necessárias ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes, então, recentemente instalado e ainda não estruturado.

O organograma da Secretaria foi revisto, alguns departamentos criados e outros extintos, visando dar condições organizacionais e formar equipes de profissionais apropriadas para as novas perspectivas educacionais que o Plano de Governo apontava e o novo Sistema exigia.

O arcabouço normativo do Sistema foi sendo construído, com a reorganização do Conselho Municipal de Educação; a aprovação do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional; a expedição de normas para a organização das escolas do Sistema, matrícula e recuperação de alunos, elaboração dos Regimentos Escolares das Escolas Municipais; o novo Estatuto Padrão das APMs; as orientações para a expansão do atendimento em creches com a parceria de entidades filantrópicas e comunitárias, entre outras.

A gestão escolar recebeu uma atenção especial, buscando o fortalecimento da descentralização da gestão, nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Os Conselhos de Escola assumiram com maior ênfase seu papel de responsáveis pelos Projetos Político-Pedagógicos das escolas e teve início o processo de descentralização de recursos municipais para as unidades escolares.

A revisão do Estatuto do Magistério; os novos regulamentos para remoção dos profissionais da educação e atribuição de

classes e aulas aos professores; a designação de vice-diretores, coordenadores pedagógicos e a formação da equipe de supervisão escolar, aliadas ao extenso programa de formação contínua, expressaram a preocupação da atual Administração Municipal com a valorização do profissional da educação e a modernização e dinamização do ensino, na busca de oferecer sempre educação com qualidade social para todas as crianças e jovens mogianos.

Propositalmente postergamos a discussão e elaboração das Diretrizes Curriculares para as escolas do Sistema Municipal. Esta ação, estratégica para a organização escolar, foi sendo gestada na práxis de todos os nossos educadores no decorrer destes anos. Os cursos, palestras, reuniões para organização do trabalho escolar, congressos e os Encontros de Educadores, que anualmente reuniram profissionais das escolas municipais e subvencionadas, para os relatos de práticas pedagógicas e pesquisas científicas, favoreceram a troca de experiências, o aperfeiçoamento teórico e a firmeza da prática profissional.

A publicação deste documento, fruto do trabalho de um grupo de profissionais da Secretaria de Educação, com a assessoria dos professores Claudio Castro Sanches e Emilia Cipriano Sanches, junto com os ciclos de estudos realizados por todos os educadores do Sistema Municipal de Ensino para sua análise e revisão, acontece num momento em que estamos maduros para esta ação.

Temos certeza que transformaremos utopias em realidade, discursos em ações e principalmente, como conclama Freinet, *"faremos nascer o futuro no seio do presente e do passado, trazendo para a prática as idéias e os sonhos teóricos"*.

Maria Geny Borges Ávila Horle
Secretária Municipal de Educação



Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



Introdução

Devemos ter os pés no chão, o coração na utopia, os olhos na estrada e no horizonte; a mente e as mãos na história, procurando transformá-la. (Celso Vasconcelos)

Com o intuito de elaborar as Diretrizes Curriculares para a Educação da Infância do Sistema Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes, optou-se preliminarmente por estudar as concepções que permeiam o desenvolvimento dos trabalhos escolares, tendo por base a pesquisa realizada junto às escolas da rede de ensino.

Pensar na construção de diretrizes e currículo implica discutir concepções. Nesse sentido, buscamos identificar as concepções dos profissionais da rede sobre educação, homem, aprendizagem/ desenvolvimento e conhecimento.

O material analisado aponta que o atual contexto histórico é conflitante para os profissionais da educação, pois, ao mesmo tempo em que se almeja um mundo justo, em condições igualitárias, a educação sofre pressão da globalização e de uma política educacional nacional com perspectivas diferentes, predominando uma conduta avaliativa classificatória. Essa dicotomia influencia o trabalho do professor, ou seja, a formação do homem crítico é afetada por uma prática que nem sempre condiz com essa expectativa.

A partir dessa realidade, firma-se a relevância de um documento que direcione o profissional a refletir sobre sua prática, adequando sua postura, a fim de proporcionar condições para que o educando construa seu conhecimento e práxis.

Para os educadores da rede a concepção de aprendizagem/ desenvolvimento pauta-se pela construção do conhecimento que resulta em mudança de comportamento, num processo interligado, cuja aprendizagem significativa proporciona o desenvolvimento do indivíduo.

Analisando a diversidade cultural do nosso país, as peculiaridades regionais e as especificidades da população atendida pelas nossas escolas, verificamos que esta rede municipal de ensino possui como discurso e prática a busca da melhoria da qualidade de ensino. As políticas educacionais da atual gestão oportunizam condições humanas, materiais e físicas para o educador reorganizar suas ações e aprimorar sua prática pedagógica.

As experiências em nossas escolas são propícias ao avanço de concepções e práticas novas do currículo, tão necessárias para superar a estreiteza da tradição pedagógica.

Conforme Ferrazo (2006:11), currículo *é rede de saberes e fazeres, produzidos e compartilhados nos cotidianos escolares, cujos fios, nós e linhas de fuga não se limitam a esses cotidianos, prolongando-se para além deles nos diferentes contextos vividos pelos sujeitos que participam e habitam direta ou indiretamente as escolas...*

Para Sacristán (in Ferrazo, 2006:10), currículo *é a soma de todos os tipos de aprendizagens e ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados.*

Assim, currículo, mais que um documento, é articulação de desejos e necessidades pessoais e sociais na formação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Diretriz, linha segundo a qual se traça um plano de caminho ao longo do qual se imagina percorrer; um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional.

Esperamos que a construção coletiva das Diretrizes Curriculares do Município de Mogi das Cruzes contribua para ampliar, enriquecer e tornar prazeroso o espaço de nossas escolas.



Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



O Ensino Municipal de Mogi das Cruzes

TRAJETÓRIA PEDAGÓGICA

... é pelo diálogo e pela troca de saberes, sentidos e valores que a humanidade sempre será capaz de refazer seus caminhos e reconstruir a história que permanece aberta ao futuro, inacabada e inconclusa em seus horizontes de afirmação e de novos projetos de sociedade. (Paulo Freire)

Em setembro de 1950, instalava-se em Mogi das Cruzes, o Parque Infantil Monteiro Lobato, no Largo Bom Jesus. A seguir vieram o Parque Infantil Benedito Estelita de Melo, 1959, no bairro do Socorro e em 1972, o Centro Municipal de Educação Pré-Escolar Profª Iracema Brasil de Siqueira, na Vila Suíça. Embora com denominações usuais da época, essas foram as primeiras Escolas de Educação Infantil municipais.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo crescente número de Escolas de Educação Infantil. Em maio de 1981, alterou-se a denominação de Centros Municipais de Educação Pré-Escolar para Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI. Em 1989 contávamos com 17 Escolas Municipais de Educação Infantil e 01 Creche Municipal, 12 babás, 218 professores de Educação Infantil e 22 diretores.



Nessa época a concepção de educação era de tendência comportamentalista-tecnicista (pedagogia tradicional). Com a reformulação curricular ocorrida em 1983 difundiu-se a teoria piagetiana e a utilização de alguns materiais montessorianos. No período de 1983 a 1988 a eficácia do trabalho era garantida pela formação contínua dos professores, por meio de cursos com duração de uma semana no mês de julho, denominados “Cursos de reciclagem”, e de reuniões pedagógicas mensais realizadas pela Diretora do Departamento de Educação.

Em 1987 foi inaugurada a Escola Municipal de Educação Especial “Profª Jovita Franco Arouche”, localizada na Vila Lavínia.

As políticas públicas nacionais avançaram, a Constituição de 1988 garantiu aos Municípios uma autonomia que antes não tinham e estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de

colaboração, seus Sistemas de Ensino e os municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

A década de 90 foi marcada por mudanças significativas no que diz respeito à concepção de criança como sujeito de direitos, disseminada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei nº 8069/90 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Neste período a concepção pedagógica sócio-construtivista permeava a Educação Nacional e conseqüentemente a Educação Municipal.



Em 1995, foi inaugurado o CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança (EM Benedito Ferreira Lopes) em parceria com o Governo Federal, a primeira escola municipal a atender alunos das séries iniciais do ensino fundamental e, a partir de 2001, alunos de 5ª a 8ª séries.

Visando garantir a universalização do ensino fundamental e a remuneração condigna do magistério, a Emenda Constitucional nº 14, ao criar o FUNDEF, determinou que não menos de 60% dos recursos obrigatoriamente destinados à educação, devem ser aplicados nesse nível de ensino. No caso dos municípios, dos 25% da receita resultante de impostos, 15% devem ser aplicados no ensino fundamental e 10% na educação infantil.

Estas disposições mudaram os rumos da educação em todo o território nacional e em especial no Estado de São Paulo, onde o ensino fundamental era mantido prioritariamente pelo Governo do Estado.

Em Mogi das Cruzes, a Administração Municipal participou do Programa de Municipalização das Escolas Isoladas Rurais, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação, passando em fevereiro de 1996, a administrar 18 escolas desta categoria instaladas no município. No mesmo ano foram criadas as primeiras escolas municipais de ensino fundamental denominadas EMEF.

Com base na autonomia concedida aos municípios pela Constituição de 1988, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleceu que os municípios poderiam optar por organizar o seu sistema de ensino ou integrar-se ao Sistema Estadual de Ensino.

Mogi das Cruzes optou por organizar o seu sistema de ensino e em 1998 o Conselho Estadual de Educação referendou essa posição da Administração Municipal.

A partir de então, a rede municipal de ensino de Mogi das Cruzes passou a compor, juntamente com as escolas particulares de educação infantil e as escolas de educação infantil subvencionadas pela Prefeitura Municipal, o Sistema Municipal de Ensino.

Tendo em vista a nova concepção de atendimento à criança de 0 a 6 anos, enfatizando o cuidar e o educar, em 2000 as creches deixaram de pertencer a Secretaria Municipal de Assistência Social e integraram-se à Secretaria Municipal de Educação.

Em 1998 e 1999, respectivamente, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e para a educação infantil, documentos estes que mudaram o panorama educacional brasileiro, apontando princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as instituições de educação básica com relação à organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Posteriormente, foram elaborados os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1997) de modo a servir de referencial para o trabalho do professor, respeitando sua concepção pedagógica e a pluralidade cultural brasileira.

De forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Referenciais Curriculares Nacionais, o Ministério da Educação lançou o projeto Parâmetros em Ação, que teve como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, levando-os à reflexão sobre suas experiências desenvolvidas nas escolas e acrescentar elementos que pudessem aprimorá-las.

Em 2000, a Rede Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes em parceria com todas as Secretarias Municipais de Educação do Alto Tietê aderiram a ele, participando de reuniões de estudos dos referenciais, marcos teóricos norteadores da ação educacional das escolas municipais. O trabalho culminou com a realização do “1º Encontro do PCN em Ação” em julho deste mesmo ano.



A atual administração municipal, ao assumir em 2001, deu continuidade a este projeto, respaldando-o, entre outras ações, com a criação do Centro Municipal de Formação Pedagógica - CEMFORPE, voltado à valorização dos educadores e à modernização e à dinamização do ensino, por meio da formação contínua dos profissionais da educação.

O CEMFORPE, desde sua criação, vem desenvolvendo amplo programa de formação em consonância com os Referenciais e Parâmetros Curriculares Nacionais, promovendo palestras, cursos, workshops, oficinas e encontros educacionais destinados a todos os docentes nas diversas áreas de conhecimento e aos demais profissionais da educação, da área técnica e administrativa, visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Hoje o município vive um período de ações baseadas nos princípios de solidariedade, inclusão e participação social, na concepção de educação de qualidade social para todos, que se concretiza por meio do cumprimento das seguintes metas: GARANTIA DE ESCOLARIDADE PARA TODOS OS MOGIANOS, MODERNIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO ENSINO, ORIENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO DOS JOVENS E ADULTOS, APOIO AO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR, DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

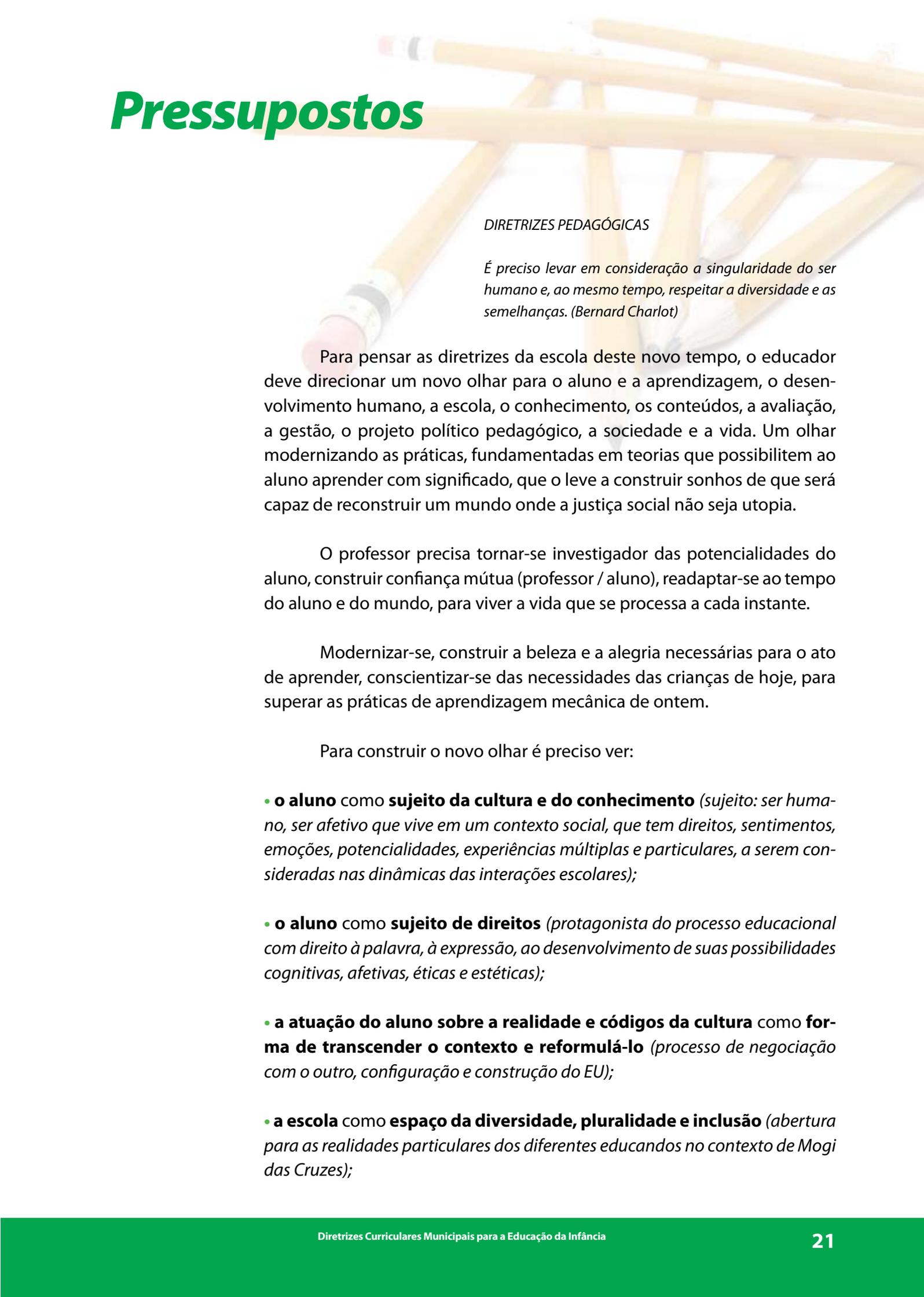




Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



Pressupostos



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

É preciso levar em consideração a singularidade do ser humano e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade e as semelhanças. (Bernard Charlot)

Para pensar as diretrizes da escola deste novo tempo, o educador deve direcionar um novo olhar para o aluno e a aprendizagem, o desenvolvimento humano, a escola, o conhecimento, os conteúdos, a avaliação, a gestão, o projeto político pedagógico, a sociedade e a vida. Um olhar modernizando as práticas, fundamentadas em teorias que possibilitem ao aluno aprender com significado, que o leve a construir sonhos de que será capaz de reconstruir um mundo onde a justiça social não seja utopia.

O professor precisa tornar-se investigador das potencialidades do aluno, construir confiança mútua (professor / aluno), readaptar-se ao tempo do aluno e do mundo, para viver a vida que se processa a cada instante.

Modernizar-se, construir a beleza e a alegria necessárias para o ato de aprender, conscientizar-se das necessidades das crianças de hoje, para superar as práticas de aprendizagem mecânica de ontem.

Para construir o novo olhar é preciso ver:

- **o aluno como sujeito da cultura e do conhecimento** (*sujeito: ser humano, ser afetivo que vive em um contexto social, que tem direitos, sentimentos, emoções, potencialidades, experiências múltiplas e particulares, a serem consideradas nas dinâmicas das interações escolares*);
- **o aluno como sujeito de direitos** (*protagonista do processo educacional com direito à palavra, à expressão, ao desenvolvimento de suas possibilidades cognitivas, afetivas, éticas e estéticas*);
- **a atuação do aluno sobre a realidade e códigos da cultura como forma de transcender o contexto e reformulá-lo** (*processo de negociação com o outro, configuração e construção do EU*);
- **a escola como espaço da diversidade, pluralidade e inclusão** (*abertura para as realidades particulares dos diferentes educandos no contexto de Mogi das Cruzes*);

- **a escola como espaço de formação ampla e humana, de participação crítica e coletiva** (*não fragmentada ou compartimentalizada em saberes, a narrativa do educando compõe-se de diversas formas de expressão: oral, escrita, gestual, dentre outras*);
- **a escola como espaço de enfrentamento de desafios na perspectiva de garantir a função social da educação** (*desenvolver a cidadania, solidariedade, democratização do saber, reflexão, valorização do ser humano, integração social, formação cultural*);
- **a escola como pesquisadora da realidade da comunidade inclusiva** (*explicitação das realidades escolares e construção coletiva do projeto político-pedagógico*);
- **a escola como espaço de inclusão** (*priorizando a igualdade dos direitos e oportunidades para todos, independentemente de suas condições sociais, físicas, lingüísticas, intelectuais, emocionais e outras*);
- **articulação dos saberes do educador e do educando como pressuposto da transformação da cultura** (*experiências cotidianas vivenciadas na escola*);
- **o conhecimento como construção humana, fruto de interações sociais** (*sujeito como criador e recriador de cultura*);
- **o conhecimento como constituição de significados e ampliação de mundo** (*processual e em movimento, construções/reconstruções sucessivas da realidade*);
- **o conhecimento na perspectiva sóciointeracionista** (*as necessidades, os interesses de quem aprende e sua implicação com o objeto de conhecimento*);
- **a educação como processo privilegiado de interação** (*fundamental para a construção da pessoa*);
- **a educação como um processo de inter-relação** (*articulação dos fatores históricos, políticos, econômicos, sociais, emocionais, ambientais e culturais*);
- **a linguagem como diálogo, interação e organização cultural dos grupos humanos**;
- **a formação cultural como formação de leitores/escritores no sentido mais amplo** (*letramento e exercícios de leitura e escrita realizados de maneira prazerosa, proporcionando a sua inserção no mundo e sua interação com a sociedade*);

- **a qualidade social da aprendizagem** como **perspectiva sóciointeracionista** (*aprender é interagir com parceiros, recursos diversos e desafiadores que impulsionam o desenvolvimento*);
- **a tecnologia** como **ferramenta para inserção na era da comunicação**;
- **a avaliação continuada** como **prática para observar o movimento** e o desenvolvimento do educando de forma dinâmica, orientadora e reorientadora das ações do professor (*ritmos, conquistas e dificuldades particulares*);
- **o projeto político-pedagógico** como **expressão dos princípios comuns e identificadores do Sistema Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes e da singularidade de cada escola** (*re-definidos, quando necessário, e expostos ao crivo do coletivo*);
- **a gestão democrática** como **exercício cotidiano de convivência entre os diferentes atores do processo educativo** (*considerar a multiplicidade de concepções e referenciais, conflitos e divergências na busca de consenso*);
- **o gestor** como **integrador e articulador dos segmentos internos e externos da escola à luz dos princípios e diretrizes que constituem a identidade do Sistema Municipal de Ensino de Mogi das Cruzes** (*busca da coerência entre discurso e prática*);



- **a formação permanente** como **espaço de integração dos saberes e valorização do profissional como cidadão transformador de sua realidade** (*o papel fundamental do educador como profissional em constante processo de formação*).



Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



Alinhamento Conceitual

Doravante, não é mais admissível uma ação pedagógica que não se pautar, desde a organização de programas à sua realização e avaliação, por enquadramentos científicos e teóricos e por desenvolvimento metodológico extremamente elaborados do ponto de vista conceitual e praxiológico. (Nóvoa)

Concebemos a escola como um espaço vivo e suas práticas revelam visões de mundo, concepções de homem, de aprendizagem e conhecimento.

A escola é a biblioteca do saber, onde se aprende sobre si próprio, as linguagens, a natureza, as ciências, a cultura acumulada e suas relações com o mundo. Aprende-se também a relacionar-se com o outro, a ter compromisso social, a ser respeitado e a respeitar, a ser acolhido e acolher, a ser escutado e escutar, a receber afeto e ser afetivo, a ter prazer e a ser agradável, socializar-se, dialogar e crescer como pessoa.

Na escola a diversidade está presente e a interação com o outro resulta na construção da identidade, auto-estima, autoconfiança, autonomia, valores éticos e exercício da cidadania.

Uma escola, para ser de qualidade para todos, o desafio mais sério que precisa enfrentar é, na verdade, um dos mais pesados e difíceis problemas da nossa própria condição humana: o apagamento das diferenças, o reconhecimento de que aquilo que caracteriza nossa singularidade - de nós, seres humanos - é justamente nossa pluralidade. (Kramer, 1995: 67).

O mundo ***é singular mesmo no plural*** (Vygotsky, 1989). As relações na escola fazem o movimento do proximal para o distal, do individual para o coletivo, da realidade imediata e próxima para além da objetividade e subjetividade, da singularidade para a pluralidade e vice-versa.

As crianças chegam à escola advindas de diferentes contextos sociais: famílias em situação de vulnerabilidade, classes populares, classe média e classes mais favorecidas; trazem na sua singularidade e pluralidade uma história, cultura, saberes e experiências e já se constituem em sujeitos de direitos. O professor também e quando se reconhecem assim, são protagonistas do processo educacional como *ensinantes aprendentes – aprendentes ensinantes*.

Concebemos o aluno como sujeito inquieto, ativo, curioso, crítico, criativo, capaz de levantar hipóteses, buscar respostas e construir conhecimentos. Aprende, quando o planejamento, o conteúdo, as metodologias, as didáticas respeitam seu contexto, seu ritmo e tempo de aprendente: *psicológico, motor, afetivo, cognitivo, social e cultural*.

Professor e aluno são sinônimos de diversidade e semelhança, o que enriquece a interação, tornando o *professor aluno – o aluno professor*, que aprendem e ensinam, quando um se inclui no tempo e espaço do outro.

Concebemos o professor como sujeito com saberes profissionais, qualificado para ser instrumento de transformação, capaz de compreender sua singularidade e pluralidade e a do outro, articular seus conhecimentos com metodologias, didáticas, experiências e práticas adequadas para motivar o aluno a conhecer e aprender, respeitando-o como sujeito aprendente, ***ser único, social e histórico, capaz de aprender, construir, reconstruir e constatar para mudar*** (Freire, 1976), o processo ensino-aprendizagem certamente estará contextualizado no tempo presente, com resultados que atendem a qualidade esperada e superam as escolas com concepções e práticas inatistas ou ambientalistas ou empiristas.

O professor reconhece o aluno como gente e ***não como conta bancária, onde depositamos nossos conteúdos. Vendo o aluno como gente, vamos nos redescobrimos como gente humana, ensinantes de algo mais que nossa matéria***. (Arroyo, 2000:53).

Professor e aluno são protagonistas do processo educacional, um não tem razão de ser sem a existência do outro. Assim, quando um não corresponde, a responsabilidade é dos dois. Nesse sentido, a escola constitui-se ética, dá sentido às palavras inclusão e permanência, que só têm sua garantia, com propostas e metodologias adequadas para a integração das diferenças. Aprender é um processo resultante de interações com o meio social: pessoas, linguagens, objetos, experiências, conhecimento cultural, físico, científico, estético, símbolos, significados, para transformá-los em conhecimentos, habilidades e atitudes significativas para uma vida ética.

Ensinar é respeitar o aluno, reconhecendo suas diferenças e não sendo indiferente a elas. É praticar com o aprendiz o movimento ***ação, reflexão crítica, curiosidade, questionamentos, inquietações, incertezas, condições indispensáveis ao ato de ensinar*** (Freire, 1986:18); é envolver apaixonadamente quem aprende a motivar-se para saber, descobrir e redescobrir-se, a construir conhecimentos para dar respostas às necessidades que a vida solicitar, a ser crítico e analítico para saber fazer escolhas éticas.

Para o aluno aprender é necessário que o professor entenda que **o ofício de mestre, de pedagogo, vai encontrando seu lugar social na constatação de que somente aprendemos a ser humanos em uma trama complexa de relacionamento com outros seres humanos. Esse aprendizado só acontece em uma matriz social, cultural, no convívio com determinações simbólicas, rituais, celebrações, gestos. No aprendizado da cultura. Daí que a escola é um processo programado de ensino-aprendizagem, mas não porque o professor chegará à sala de aula para passar a matéria, mas porque é um tempo-espço programado do encontro de gerações. De um lado, adultos que vêm se fazendo humanos, aprendendo essa difícil arte, de outro lado, as jovens gerações que querem aprender a ser, imitar as semelhanças, receber seus aprendizados. Os aprendizados e as ferramentas da cultura.** (Arroyo, 2000:54).

Nossas diretrizes foram geradas na participação coletiva de um grupo de educadores representantes das unidades escolares e da Secretaria de Educação em parceria com a Consultoria e Assessoria Educacional Aprender a Ser, submetidas à avaliação e considerações do Conselho Municipal de Educação e de todos os gestores e professores das escolas municipais e subvencionadas, privilegiando a concepção sociointeracionista e teorias que a complementam, porque concebemos o aluno como um ser ativo, crítico e de relações, que convive socialmente, aprende e ensina na relação com o outro e com o mundo, é sujeito singular e construtor da sua história e do seu processo de aprendizagem, que, quando respeitado na sua natureza humana, constrói significativamente sua aprendizagem e seu próprio caminho.



Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância





Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância



Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância

A escola deve ser um lugar onde cada aluno encontre a possibilidade de se instrumentalizar para a realização de seus projetos; por isso, a qualidade do ensino é condição necessária à formação moral de seus alunos. Se não promove um ensino de boa qualidade, a escola condena seus alunos a sérias dificuldades futuras na vida e, decorrentemente, a que vejam seus projetos de vida frustrados... (Parâmetros Curriculares Nacionais)

As Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação da Infância têm como pressuposto que a educação é um meio de transformação da realidade, visando superar desigualdades e diferenças que levem a processos de exclusão.

A escola é um espaço de encontro das mais variadas etnias, grupos sociais, pessoas com diferentes potencialidades, dificuldades, modos de aprender, ver e ler o mundo.

Cabe à escola ser agente de mudança, favorecendo o desenvolvimento de habilidades, competências, conhecimentos e saberes da experiência para a construção da autonomia e emancipação do aprendiz.

“A escola tem que dizer sim à vida” (Paulo Freire), constituir-se para que o aprendiz se torne sujeito/SER. Nascemos apenas pessoa humana e a sociedade/escola tem o papel preponderante em nossa humanização.

“Somente os utópicos podem ser proféticos, somente podem ser proféticos os portadores de esperança” (Paulo Freire). A escola só é esperança e sonha que o aprendiz pode transformar as utopias em realidade. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares são caminhos para o professor materializar esses sonhos e ideais.

Na linha das Diretrizes Curriculares Nacionais (1998), as Diretrizes para a Educação da Infância do Sistema Municipal de Mogi das Cruzes propõem:

- 1. A concepção de aluno como ser integral dotado de competências, habilidades, direitos e deveres inserido num contexto histórico regional e social, de identidade própria que deve ser respeitado em suas diferentes linguagens, expressões e capacidade de criação.**

A integralidade do aluno é compreendida pelas experiências e vivências no âmbito da família e ainda pelas relações estabelecidas com a sociedade, as quais deixam marcas que constroem o seu olhar de mundo.

Cabe à escola promover um ensino contextualizado que contemple o aluno enquanto ser integral, que constrói e reconstrói o seu próprio saber, buscando o desenvolvimento de suas competências, habilidades e capacidades na elaboração de idéias e hipóteses sobre aquilo que busca desvendar.

2. A promoção da discussão sobre os valores humanos e éticos para a ação do aluno na sociedade.

A escola, espaço de construção social comprometida com a promoção de uma sociedade justa, mais solidária e amorosa, não pode perder a oportunidade de discutir os valores humanos e éticos no enfrentamento de situações conflitantes do dia-a-dia, contemplando o respeito pelas diferenças, o direito à igualdade, independente das condições social e econômica, física e mental, raça e cor, gênero, opções partidárias, sexuais ou esportivas.

É necessário que o professor estimule seus alunos à reflexão sobre o homem e a problemática da vida contemporânea para compreender que pode colaborar na formação de uma sociedade mais digna. É de suma importância que a escola viabilize o exercício da cidadania pela socialização da informação, da discussão, do diálogo, da transparência, capaz de gerar nova mentalidade e uma nova realidade.

3. Ações autônomas e solidárias dentro e fora do ambiente escolar para a construção de uma sociedade justa e democrática.

O exercício da cidadania é um processo que se inicia desde a infância, a partir do momento em que se oferecem às crianças oportunidades de escolha e autogoverno, propiciando o desenvolvimento do senso de responsabilidade.

A escola que tem em seu projeto educativo a valorização da criança independente, que toma iniciativa, que coordena sua ação com a dos outros, que se preocupa com o outro, contribui para a internalização de valores como a solidariedade.

É importante a participação dos alunos em ações solidárias, a fim de que possam desenvolver em si próprios a iniciativa de praticá-las a qualquer tempo.

4. A ética profissional como ponto central de todas as relações do processo educativo e explicitação dos princípios humanos pautados no respeito à diversidade.

O educador é referência para o desenvolvimento da personalidade, do caráter e dos valores ligados à cidadania dos alunos. Por isto, a ética profissional é um dos fatores predominantes para que se concretize uma educação comprometida com a formação da cidadania.

A ética reflete sobre o que se fazer em uma perspectiva coletiva e não puramente individual, nos conduzindo a uma visão de sociedade que não é apenas a soma de todas as vontades individuais, mas, sim, ancorada na vontade coletiva para a realização do bem comum.

Neste sentido, cabe à escola ser um local de diálogo, de aprender a conviver, de respeitar as diferentes formas de expressão cultural e ao educador, praticar a ética profissional, fator fundamental para seu comprometimento no processo educativo.

5. O acolhimento do aluno tem como base seu bem estar e o bem cuidar por parte da equipe escolar, a fim de que este se perceba como sujeito histórico – social participante, autor e ator do seu processo educacional.

O ingresso na instituição escolar, além de ampliar o universo das crianças por meio da convivência com outras crianças e adultos de origens e hábitos diferentes, propicia também a aquisição dos mais variados conhecimentos.

A escola, além de ser um espaço de ensino e aprendizagem, é também espaço de vivência de valores. A maneira como cada um vê a si próprio depende do modo como ele é visto pelos outros.

A ampliação dos laços afetivos entre os alunos e adultos contribui para o reconhecimento do outro, evidenciando e valorizando as diferenças para o enriquecimento de si mesmo.

Nesta perspectiva, o acolhimento ao aluno tem grande impacto sobre sua formação, pois, se a escola o aceita e o respeita, possibilita a construção de vínculos afetivos que facilitarão sua atuação no processo de construção do conhecimento.

6. A função social da escola é a formação para o exercício da cidadania em co-responsabilidade com a instituição família.

A principal finalidade da escola em uma ação conjunta com as famílias é educar e formar pessoas, o que exige grandes esforços principalmente no enfrentamento dos desafios, considerando a diversidade cultural e as diferenças sociais.

Para a formação de cidadãos críticos é preciso relacionar cidadania ao

viver dignamente, à preservação ambiental, à distribuição e ao usufruto de riquezas de forma igualitária e ao desenvolvimento humano.

É preciso ter em mente que educação é um ato político que torna alunos e professores aptos para fazer a leitura da realidade social, econômica e cultural.

7. A articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental a fim de fortalecer a concepção de Educação da Infância no âmbito da Educação Básica.

A concepção de Educação da Infância é fundamental para pensar a organização do trabalho educativo nas escolas. Atualmente compreende-se que a infância é um período da vida de zero a doze anos e a criança cidadã de direito, criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, um ser sócio-histórico e produtor de cultura.

Nesta perspectiva, estabelece-se uma nova função para a ação docente “Educar e Cuidar” como aspectos indissociáveis, estabelecida anteriormente apenas para a educação infantil e hoje estendida para a Educação da Infância.

A entrada do aluno no ensino fundamental não pode representar negação e ruptura do contexto sócio-afetivo e de aprendizagem com o processo anterior, mas uma forma de dar continuidade e ampliar as experiências anteriores vividas na educação infantil.

A escolaridade é um processo global e contínuo, ao longo do qual os alunos vão crescendo e sendo educados por meio de um currículo formativo e integrado com a realidade.

8. A construção coletiva da Proposta Político-Pedagógica que considere a cultura de Mogi das Cruzes e a da comunidade onde a escola está inserida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece como incumbência primordial da escola a elaboração e execução de sua Proposta Político-Pedagógica, como uma tarefa coletiva, na qual devem colaborar professores, outros profissionais da educação e as comunidades escolar e local.

Ela deve refletir o desejo, a necessidade e o planejamento de cada comunidade com o comprometimento de todos com o que se elencou como relevante para orientar as ações da escola em busca de um ensino de qualidade.

As particularidades de cada proposta devem estar vinculadas principalmente às características socioculturais da comunidade na qual a escola está inserida e às necessidades e expectativas da população atendida.

Conhecer bem essa população implica compreender suas reais condições de vida, possibilitando eleger os temas mais relevantes para o processo educativo a fim de atender a diversidade de cada grupo social.

Em Mogi das Cruzes, há peculiaridades quanto às formas de viver e de se divertir, de se manifestar religiosamente e trabalhar que se constituem em uma cultura própria.

A valorização e incorporação desta cultura no currículo das escolas é fonte valiosa para o contexto pedagógico. Além disso, o conhecimento das questões específicas de cada região, sejam elas de ordem econômica, social ou ambiental, possibilita a elaboração de propostas mais significativas.

9. A escola como espaço democrático que favorece oportunidades variadas para o aluno refletir e manifestar sua opinião.

O aluno como sujeito da ação, capaz de intervir em sua própria realidade, necessita ser ouvido e respeitado.

À escola cabe o papel de apresentar-se aos alunos como receptora de suas idéias e críticas, despertando-os para os interesses da comunidade da qual fazem parte, como futuros geradores de mudanças. Ao discutir e refletir sobre a organização da sociedade, eles se tornam conscientes para assumir responsabilidades.

Incentivar o desenvolvimento de organizações estudantis, como espaço de participação democrática, formação de lideranças políticas e exercício da cidadania, e ainda, de articular e viabilizar maneiras de fazer com que os alunos sintam-se participantes do processo educativo (atuando nos Conselhos de Escola, de Classe/Série e em outros colegiados), possibilita resgatar os valores humanos, integrando e harmonizando o ambiente escolar.

10. A instauração do diálogo com diferentes linguagens, capaz de favorecer o processo de aprendizagem.

O trabalho com as linguagens se constitui em um elemento importante para o aluno ampliar suas possibilidades no desenvolvimento do pensamento e na construção do conhecimento.

Entretanto, possibilitar o acesso aos diversos usos da leitura e da escrita

não é suficiente para que isso ocorra. É na interação com as diferentes formas de linguagem (gestual, corporal, plástica, musical, escrita, tecnológica, entre outras) que o aluno e o professor descobrem o caminho facilitador para o processo de ensino e da aprendizagem.

11. *A educação para o pensar por meio de uma aprendizagem significativa pois, tão importante quanto o que se aprende, é como se aprende, para que se aprende e seu impacto na vida do aluno.*

Fundamentalmente, o compromisso dos professores é ajudar os alunos a aprenderem a pensar, a refletir, adquirir estruturas mentais e dominar os conceitos básicos das diferentes áreas, até porque, como sabemos, os conhecimentos se desenvolvem a cada dia, sendo impossível a apreensão de todo o saber.

Educar para o pensar significa construir conhecimentos e não apenas armazenar informações desconectadas de um contexto. Implica articular informações a fim de possibilitar ao aluno elaborar seus projetos de vida. A aprendizagem significativa torna-se útil para a vida na compreensão das relações e promove a participação efetiva e consciente na sociedade

12. *A possibilidade do aluno transitar de seu contexto particular para o global, contribuindo para a ampliação do seu universo cultural.*

Uma escola que valoriza o conhecimento, a vivência e a leitura de mundo que o aluno traz, oferece condições para este reconstruir seu conhecimento pelo contato com novos conceitos e a ampliação de suas idéias. A valorização da cultura particular expandida para contextos maiores, propicia melhores condições de atuação dos alunos na sociedade e em âmbito global.

13. *O processo de letramento como uso social da linguagem oral e escrita nas diversas práticas sociais, numa concepção que considera o aluno leitor e escritor competente e criativo, em todas as fases de desenvolvimento.*

O processo de letramento se dá por meio da familiarização do aluno com os diversos usos sociais da leitura e escrita, processo este interligado à alfabetização.

As crianças estão inseridas no mundo da leitura e da escrita bem antes de iniciar o seu processo formal de escolarização, sistemática da leitura e escrita.

É papel da escola, ao longo da Educação da Infância, fazer com que a leitura e a escrita não percam sua função social e conexão com o mundo

real, utilizando-se dos mais variados tipos de textos, de uso corrente na sociedade.

Avançar no processo de letramento implica na compreensão da leitura, estimulando o desenvolvimento das habilidades para receber, interpretar, classificar e julgar as informações recebidas.

14. Trabalho sem fragmentação de conteúdos de aprendizagem.

É importante que o professor propicie ao aluno uma prática educativa contextualizada, definindo conteúdos fundamentados em uma concepção que favoreça a articulação conceitual entre as áreas de conhecimento. Desta forma, a abordagem dos conteúdos será mais significativa e contemplará a formação do homem integral.

15. Trabalhos multidisciplinares integrados por meio de projetos com informações, conhecimentos e experiências contextualizadas e significativas em parceria com o aluno, visando a sua formação como pesquisador.

A aprendizagem é favorecida por meio de um trabalho educativo sem fragmentação de conteúdos.

É imprescindível a articulação das disciplinas para a construção do conhecimento (conceitual, procedimental, atitudinal), como, também, ações orientadas à construção do aluno leitor/pesquisador.

A equipe escolar deve trabalhar com projetos multidisciplinares dotados de informações que tenham significado no cotidiano da vida do aluno, para transformar-se e transformar a sua realidade. As atividades devem ser desenvolvidas num clima de cooperação, visando à construção da identidade e da autonomia.

A metodologia participativa e significativa mobiliza o aluno a buscar respostas para seus questionamentos, complementando o trabalho de sala de aula.

16. O comprometimento do professor na busca de metodologias diversificadas, pautadas em fundamentação teórica, como garantia do direito do aluno a aprender.

A utilização de diversas metodologias com fundamentação em áreas como a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, a Neurociência, a História é de extrema relevância para que diferentes alunos possam obter seu aprendizado, ou seja, o domínio de habilidades e conceitos necessários,

respeitando as possibilidades de cada um, para o que é fundamental o compromisso do professor.

17. A utilização da tecnologia como forma de acesso a novas informações que, analisadas criticamente, levam à incorporação de novos valores, novas competências associadas às mudanças sociais, políticas, culturais e demográficas da sociedade de informação.

No mundo globalizado, a facilidade de acesso à informação, potencializada pela popularização da Internet, colocou a escola num impasse. Mais do que ensinar conteúdos, o desafio é formar o aluno para enfrentar a diversidade e a constante transformação da sociedade.

Não basta oferecer-lhe diferentes opiniões sobre determinado assunto, é preciso despertar a sua curiosidade para o desejo de compreender e desvelar o mundo. A alternativa é fazer uso da pesquisa, não apenas como acúmulo de informações e sim como ferramenta analítica para que o aluno possa fazer uma leitura crítica dos fatos e chegar às suas próprias conclusões.

No processo de ensino, o uso da tecnologia de forma criativa, torna-se uma ferramenta facilitadora da aprendizagem dos alunos, visando também a inclusão digital.

18. A ludicidade na Educação da Infância, meio privilegiado para a aprendizagem significativa do aluno.

A ludicidade possibilita que a aprendizagem se dê na vivência, como um meio prazeroso de favorecer o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo do aluno.

O professor deve estimular um clima favorável à exploração prazerosa de situações diversas, voltadas para a formação e compreensão de conceitos, tendo como conduta o lúdico. O lúdico é uma arte e um instrumento, para promover e facilitar a educação da criança porque possibilita seqüências de ações que favorecem a compreensão de si mesmo, do mundo e da linguagem através de atividades criadoras concretas.

O professor deve canalizar a **ligação afetiva da criança com o brincar** para atividades educativas variadas e significativas. No **aspecto cognitivo**, brincadeiras de criatividade produtiva para formular e combinar idéias, propor soluções, delimitar problemas, construir regras, desenvolver a linguagem, estimular e construir a reflexão para o desenvolvimento intelectual... No **aspecto motor** brincadeiras de manipulação de objetos, imprescindíveis para a escrita, ações lúdicas para organização do espaço/tempo/objeto/movimento e para o desenvolvimento de habilidades motoras gerais... Nos

aspectos afetivo e social brincadeiras favorecendo a participação social, a cooperação, o relacionamento, a conquista ativa, a auto-estima, a auto-expressão, e a imagem de si por meio de experiências vividas...

19. A garantia da educação inclusiva por meio da eliminação das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, bem como a adoção de métodos e práticas de ensino adequadas à diversidade dos alunos.

Emerge atrelado ao paradigma da inclusão um novo tipo de pedagogia, a da diversidade, das diferenças, propondo uma leitura mais aprofundada dos processos de aprendizagem de cada aluno.

Os alunos com necessidades especiais precisam conviver socialmente e beneficiar-se dos conteúdos curriculares desenvolvidos em sala de aula, independentemente de sua condição física, lingüística, cognitiva, social e emocional. Na elaboração do plano de ensino, o professor precisa considerar a diversidade, ou seja, reconhecer e atender às necessidades dos alunos, promovendo sua real participação na experiência escolar.

A escola regular cria oportunidades para a aprendizagem, mobilizando sua equipe para discutir acerca do assunto, utiliza os recursos que dispõe e estabelece uma rede de apoio para lidar com as dificuldades por meio de várias alternativas.

20. A parceria entre a escola regular, a escola especial e os serviços de apoio especializados, a fim de complementar e/ou suplementar o atendimento educacional.

A celebração de cooperação entre a rede regular de ensino, a escola especial e o atendimento especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com necessidades especiais.

Nada impede, quando necessário, que o aluno da rede regular de ensino, com necessidades especiais, frequente a escola especial, para que tenha melhor desenvolvimento, desde que este aluno tenha efetuado a matrícula nestas duas escolas em períodos distintos.

O aluno com necessidades especiais matriculado na rede regular de ensino, quando necessário para superar suas dificuldades, tem o direito de atendimento no serviço de apoio especializado. São considerados serviços de apoio especializado: o intérprete de língua de sinais, os professores especialistas em Braille, os professores de educação especial itinerante, as salas de recursos, os serviços clínicos e outros recursos especiais.

21. A avaliação como processo contínuo de acompanhamento do desenvolvimento individual da aprendizagem do aluno.

Todo início do trabalho educativo requer por parte do professor identificar individualmente o conhecimento prévio do aluno. Este procedimento denomina-se avaliação diagnóstica. Quando a avaliação acontece ao longo do processo, com o objetivo de reorientá-lo, recebe o nome de avaliação formativa e quando ocorre ao final, com a finalidade de apreciar o resultado, recebe o nome de avaliação somativa. Estes três momentos de avaliação têm objetivos diferentes, são complementares e essenciais ao trabalho educativo.

A avaliação como parte do processo de ensino e de aprendizagem deve ser realizada no sentido de acompanhamento do desenvolvimento do aluno em períodos determinados, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras.

É neste contexto que o professor reflete sobre sua prática e promove ajustes em sua atuação, passando a ser o mediador da aprendizagem, aquele que tem o papel de propor o assunto e facilitar o entendimento no processo de construção do conhecimento.

22. O planejar como princípio prático imprescindível para o acompanhamento da evolução da aprendizagem, o avaliar como forma de privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e o recuperar como um momento de reflexão permanente, capazes de auxiliar o professor e o aluno em suas dificuldades.

Planejar é refletir sobre os desafios da realidade da escola e da sala de aula, perceber as necessidades, re-significar o trabalho, buscar formas de enfrentamento e comprometer-se com a transformação da prática.

Avaliar processos educativos promove mecanismos necessários para o professor ser efetivamente construtor e protagonista de seu trabalho e de seu aperfeiçoamento.

Recuperar pressupõe a reflexão do processo avaliativo que leva a uma reorganização do planejamento para uma prática diversificada que resulte em aprendizagem efetiva.





Marcos Legais

- 1. Lei Federal nº 8069, de 1990.**
Estatuto da Criança e do Adolescente
- 2. Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.**
Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 3. Parecer CNE/CEB nº 22, de 17 de dezembro de 1998.**
Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- 4. Parecer CNE/CEB nº 2, de 29 de janeiro de 1999.**
Institui o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
- 5. Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999.**
Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- 6. Parecer CNE/CEB nº 4, de 16 de fevereiro de 2000.**
Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil
- 7. Parecer CNE/CEB nº 4, de 29 de janeiro de 1998.**
Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
- 8. Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998.**
Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
- 9. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001.**
Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
- 10. Parecer CNE/CEB nº 6, de 8 de junho de 2005.**
Reexame do Parecer CNE/CEB nº 24/2004, que visa ao estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração
- 11. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005.**
Altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96 com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade

12. Resolução CNE/CEB nº1, de 31 de janeiro de 2006.

Altera a alínea “b” do inciso IV do artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

13. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

14. Lei Municipal nº 5724, de 30 de novembro de 2004.

Aprova o Plano Municipal de Educação elaborado pelo Conselho Municipal de Educação

15. Lei Municipal nº 5954, de 04 de janeiro de 2007.

Aprova o Plano Municipal de Educação elaborado pelo Conselho Municipal de Educação para 2007/2008.





Bibliografia básica

ALARCÃO, Isabel (org.). Formação reflexiva de professores – Estratégias de Supervisão. Porto: Porto Editora, 1996.

ALVES, Nilda. Organização do trabalho na escola: Formas convencionais e alternativas. In: BICUDO, M. A. & SILVA JR. C. (Org), Formação do educador. V. 2. SP: Editora UNESP, 1996.

ALVES, Rubem. Conversa com gosto de ensinar. SP: Cortez / Autores Associados, 1991.

ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar, novas maneiras de aprender. RS: Artmed, 2002.

_____. Resiliência – a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. RJ: Vozes, 2000.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. RJ: Guanabara Koogan S.A., 1981. Trad. Dora Flaksman.

ARROYO, Miguel Gonzáles. O significado da infância. In: Anais do I Simpósio Nacional da Educação Infantil, Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

_____. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. RJ: Vozes, 2000.

BOCHNIAK, Regina. Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola. SP: Loyola, 1992.

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 30 ed. RJ: Vozes, 1997.

_____. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. RJ: Vozes, 1999.

BRASIL, Secretária de EDUCAÇÃO Fundamental. PCNs. Volumes de 1 a 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRONFENBRENNER, Urie. (org.). A ecologia do desenvolvimento humano. RS: Artes Médicas, 1998.

CAMPOS, Bártolo (org). Investigação e inovação para a qualidade das escolas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

CANÁRIO, Rui. Gestão da Escola: como elaborar o plano de formação? Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

_____. A escola: o lugar onde os professores aprendem. Atas do I Congresso Nacional de Supervisão. Lisboa/PT, 1999.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. SP: Cultrix, 2000.

CERISARA, Ana Beatriz. Professoras de educação infantil – entre o feminino e o profissional. SP: Cortez, 2002.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. RJ: Vozes, 1996

COLL, César. Psicologia e Currículo SP: Ática, 1997.

CORTELLA, Mario Sérgio. A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. SP: Cortez, 1998.

COSTA, Marisa Vorraber (org). O currículo nos limiares do conhecimento. RJ: DP&A, 1998.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, PETER & PENCE, Alan. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas. RS: Artmed, 2003.Trad.

DEMO, Pedro. Formação Permanente de Professores: Educar pela pesquisa. in MENEZES, L. C. (org) Professores: formação e profissão. SP: Autores Associados NUPES, 1996.

DEVRIES, Rheta. A ética na educação infantil – o ambiente sócio-moral na escola. RS: Artes Médicas, 1998.

_____. O currículo construtivista na educação infantil: práticas e atividades. RS: Artmed, 2004.

DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns de seus componentes-relacionais. in NOVOA, A. & FINGER, M. (org) O método (auto) biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro. SP: Edições Loyola, 1979.

_____. (org) Práticas interdisciplinares na escola. SP: Cortez, 1991.

FERNANDES, Alicia. A mulher escondida na professora. RS: Artes Médicas, 1994.

FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não. RJ: Paz e Terra, 1989.

FORMOSINHO, Julia Oliveira (org.). Modelos curriculares para a educação de infância. Porto: Editora Porto, 1998.

_____. Julia Oliveira. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância – Um estudo de caso. Tese de doutoramento. Braga/PT, 1998.

_____. João. Associação criança: um contexto de formação em contexto. Braga/PT: Livraria Minho, 2001.

FREINET, Célestin. As técnicas de Freinet na escola moderna. Lisboa: Estampa, 1975.

_____. Pedagogia do bom senso. SP: Martins Fontes, 1985.

FREINET, Elise. O itinerário de Celestin Freinet. RJ: Francisco Alves, 1979.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. RJ: Paz e Terra, 1976.

_____. Pedagogia do oprimido, SP: Paz e Terra, 1982.

_____. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. RJ: Paz e Terra, 1986.

_____. Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido. RJ: Paz e Terra, 1992.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Práxis. SP: Cortez, 1995

_____. Perspectivas atuais da educação. RS: Artes Médicas, 2000

GUTIÉRREZ, Francisco & PRIETO, Daniel. Ecopedagogia e cidadania planetária. SP: Cortez, 1999.

IMBERNON, Francisco (org). A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato. RS: Artmed, 2000.

JOSSO, Marie-Christine. Experiências de Vida e Formação. SP: Cortez, 2004.

KATZ, Lílian & CHARD, Sylvia. A abordagem de projeto na educação de infância. Lisboa/PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

KRAMER, Sonia (coord.). A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. SP: Cortez, 1987.

_____. Questões racionais e educação. Entre lembranças e reflexões. SP: Fundação Carlos Chagas, 1995.

_____. Infância, Educação e Direitos Humanos. SP: Cortez, 2003.

_____. Sobre pedras e tortas e amoras – pensando a educação do professor alfabetizador – 15ª . reunião da ANPEd, Caxambu. Cadernos ANPEd. Porto Alegre, [s.n.t.]. 1996.

KUHLMANN Jr., Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. RS: Mediação, 1998.

LUDKE, Menga & ANDRE, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. SP: E.P.U, 1986.

MACHADO, Nilson José. Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. SP: Cortez, 1995.

_____. Ensaios transversais: cidadania e educação. SP: Escrituras, 1997.

_____. Conhecimento e Valor. SP: Moderna, 2004.

MATURANA, Humberto. Ontologia do conversar. in MAGRO, C. et. al. (org) A ontologia da realidade. MG: Editora UFMG, 1997.

MARCHESI, Álvaro & MARTÍN, Elena. Qualidade do ensino em tempos de mudança. RS: Artmed Editora, 2003.

MEIRIEU, Philippe. Aprender... sim. mas como? RS: Artes Médicas, 1998.

MORIN, Edgar. O método II: a vida da vida. Lisboa: Publicações Europa – América, 1989.

_____. Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental. RN: Editora da UFRN, 1999.

_____. Os sete saberes necessários à educação do futuro. SP: Cortez, 2000.

NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. Vida de professores. Porto: Porto Editora, 1992.

_____. As organizações escolares em análise. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Família hoje. RS: Artes Médicas, 1996.

PACHECO, José. Quando eu for grande quero ir à primavera e outras histórias. 2 ed. Portugal: Profedições, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. Currículo intertranscultural – Novos itinerários para a educação. SP: Cortez, 2004.

_____. Planejamento dialógico – como construir o projeto político pedagógico da escola. SP: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar. SP: Cortez, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. SP: Cortez, 1987.

PASCAL, Christine & BERTRAM, Tony. Desenvolvendo a qualidade em parcerias. Nove Estudos de caso. Porto: Editora Porto, 1999.

PERROTTI, Edmir. Confinamento cultural, infância e leitura. SP: Summus, 1990.

PERRENOUD, Phillipe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. Novas competências para ensinar. RS: Artes Médicas, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Educar para a igualdade – Gênero e Educação Escolar. SP: 2004.

RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e competência. SP: Cortez, 1994

ROCHA, Eloísa Acires Candal. A Pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente de perspectivas de construção de uma Pedagogia de Educação Infantil. SC: UFSC: Centro de Ciências de Educação: NUPES, 1999.

ROJO, Roxane (org). Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas. SP: Mercado das Letras, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo uma reflexão sobre a prática. RS: Artmed, 2000.

SANCHES, Claudio Castro. Desconstruir Construindo – um caminho para uma nova escola. RJ: Vozes, 2005.

SANCHES, Emilia Cipriano. A formação dos profissionais de educação infantil do Estado de São Paulo. SP: ORSA, 2000.

_____. Emilia Cipriano. Creche: realidade e ambigüidades. RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós moderna. SP: Estudos avançados USP, 1988.

SEBARROJA, Jaume Carbonell (org.). Pedagogia do século XX. RS: Artmed, 2003. Trad. Fátima Murad.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem. RS: Artmed, 2000.

SNYDERS, Georges. Alegria na escola. SP: Manole, 1988.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. MG: Autêntica, 2001.

TARDIF, Mauricie. Saberes docentes e formação profissional. RJ: Vozes, 2002.

TONUCCI, Francisco. Com olhos de criança. RS: Artes Médicas, 1997.

Plano Municipal de Educação 2007-2008

Anexo

Ao Município compete, entre outros, formular políticas públicas educacionais e implementar programas que garantam à criança e ao jovem mogiano desenvolvimento integral e educação com qualidade social para todos.

Uma consulta ao Plano Municipal de Educação permitirá obter clareza dos rumos da educação no município, em especial, orientando sobre a organização pedagógica e administrativa das escolas da rede municipal de ensino.

Dessa forma o Plano Municipal de Educação está composto por seis partes:

- Introdução: onde encontraremos o perfil do município e algumas de suas principais características;
- Objetivos e prioridades para a educação no município: partindo do pressuposto de que a escola é o local por excelência de formação e preparação na e para a cidadania, com oportunidades para a discussão, o estudo, a pesquisa e a apropriação de todos os conhecimentos disponíveis;
- Educação Básica: Introdução, Diagnóstico, Diretrizes, Metas e Objetivos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, das Modalidades de Ensino: Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Profissional: a política de educação profissional como tarefa que exige a colaboração de múltiplas instâncias do poder público e da sociedade civil;
- Profissionais da Educação: a qualificação dos profissionais da Educação apresentando-se como um dos maiores desafios para os sistemas de ensino do país, não podendo ser diferente também para o nosso município;
- Democratização da Gestão Escolar: visando a melhor qualidade dos serviços educacionais prestados à população, consolidando a integração escola-comunidade e
- Financiamento da Educação: investir na educação com qualidade social para todos, não se limitando aos recursos físicos e materiais, mas também e principalmente em programas suplementares de atendimento ao aluno.

Entre os aspectos abordados no Plano Municipal de Educação, acreditamos ser de suma importância destacar as diretrizes da educação no município para:

Educação Infantil

- O atendimento oferecido na Educação Infantil será em conformidade com

a Política Educacional reestruturada a partir de estudos e avaliações com base em parâmetros de qualidade e de infra-estrutura.

- A expansão da oferta pública de Educação Infantil de qualidade deve ter como prioridade as famílias de menor renda, procurando-se garantir atendimento nas áreas de maior necessidade e provendo-as com os melhores recursos técnicos e pedagógicos.
- A expansão da oferta pública de Educação Infantil em período integral terá como prioridade o atendimento a filhos de mães trabalhadoras e as famílias de menor renda.
- As Escolas de Educação Infantil deverão elaborar, com toda sua equipe escolar, a proposta político-pedagógica do estabelecimento de ensino, pautando-se pelas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil, bem como pelas diretrizes curriculares municipais para a educação da infância, em especial para esse nível de ensino.
- A formação mínima dos profissionais e professores que atuam nesse nível de ensino deverá atender ao previsto na LDB, e também lhes será proporcionada a formação continuada, para aprimoramento da prática pedagógica.
- A norma constitucional inclusiva das crianças portadoras de necessidades especiais no sistema regular será implementada, na Educação Infantil, por meio de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores e adaptação dos estabelecimentos de ensino, além da instalação do Centro de Atendimento ao Portador de Necessidades Educacionais Especiais.

Ensino Fundamental

- Assegurar a continuidade da universalização do Ensino Fundamental, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar oferecida; assegurar uma escola de Ensino Fundamental real, democrática, inclusiva, pensada na sua integridade, garantindo que uma criança de 6 anos adentre a essa escola e após nove anos saia com conhecimentos, competências, valores e atitudes que lhe permitam o exercício pleno da cidadania.
- A escola precisa reconhecer e acolher a diversidade da clientela que recebe, o que significa repensar sua organização, sua gestão, as regras de convivência e as práticas pedagógicas. Além disso, a proposta de uma verdadeira educação inclusiva trouxe para esse nível de ensino, numa convivência real, as crianças e jovens portadores de necessidades especiais; portanto a escola deverá elaborar a proposta pedagógica e o regimento escolar numa construção coletiva com o exercício da autonomia, buscando um trabalho educacional voltado ao atendimento desta diversidade.
- A norma constitucional inclusiva das crianças portadoras de necessidades especiais no sistema regular será implementada, no Ensino Fundamental, por meio de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores e adaptação dos estabelecimentos de ensino, além da instalação do Centro de Atendimento ao Portador de Necessidades Educacionais Especiais.
- É importante valorizar e garantir um novo paradigma curricular que possibilite relações interdisciplinares, transversais, isto é, que conceba o conhecimento como parte de uma rede de significações envolvendo tanto as rela-

ções construídas entre as diversas áreas quanto as produzidas no interior de cada uma.

- A gestão democrática, expressa pela participação da comunidade escolar e local através dos colegiados, constitui um fator importante de melhoria da qualidade de ensino e de responsabilização da escola perante a sociedade.
- Tendo em vista a obrigação legal de assegurar vagas a todas as crianças na idade de freqüentar a Escola Fundamental, o Município oferece escolas rurais com séries regulares, levando-se em consideração as peculiaridades regionais e garantindo a todos uma escola de qualidade.
- A qualidade do atendimento educacional será avaliada também por instrumentos de avaliação externa que permitam o estabelecimento de critérios mínimos de desempenho escolar, além de garantir a participação da comunidade escolar – professores, alunos, pais, representantes da comunidade nos processos avaliativos.

Educação Especial

- A Educação Especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer por deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de altas habilidades, superdotação ou talentos e ainda de condutas típicas. Esses alunos precisam desenvolver-se no limite de suas potencialidades e interesses, favorecendo sua inserção na sociedade.
- Serão atendidos, nos âmbitos social e educacional, conforme diretriz constitucional (artigo 208, inciso III).
- A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, deverá ser promovida, sistematicamente, nos diferentes níveis de ensino, cujas instituições educacionais precisarão proceder às adequações administrativas e pedagógicas para o conveniente atendimento dos estudantes com necessidades especiais.
- No atendimento às crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, é fundamental a articulação e cooperação entre os setores de educação, saúde, transporte e assistência social, a fim de potencializar a ação de cada um deles.
- A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches e pré-escolas, centros de Educação Infantil, escolas regulares de Ensino Fundamental, bem como em instituições especializadas é uma prioridade para este Município.

Educação de Jovens e Adultos

- O avanço científico e tecnológico acelerado, juntamente com o fenômeno da globalização, vem produzindo um profundo impacto na economia e na reorganização do trabalho. Os indivíduos utilizam como instrumento básico de sobrevivência, a educação ao longo de toda vida.
- A concepção de Educação de Jovens e Adultos foi alterada radicalmente devido à necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as permanentes transformações. A Educação de Jovens e Adultos deve compreender, no mínimo, a oferta de uma forma-

ção equivalente às oito séries do Ensino Fundamental, para então alcançar o objetivo de inserir a população adulta no exercício pleno da cidadania, melhorando a qualidade de vida e a fruição do tempo livre, ampliando, assim, as oportunidades no mercado de trabalho.

- No artigo 208, inciso I, a Constituição Federal estabelece que a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, no nível Fundamental, deve ser oferecida pelo Estado a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- As parcerias têm papel fundamental neste processo, tais como Universidades, Empresas, Comunidade etc, que articuladas enriquecem os programas de Educação de Jovens e Adultos, aumentando sua eficácia, tornando-os mais atrativos.
- É necessária a preparação de um corpo docente especializado para utilizar técnicas pedagógicas apropriadas para uma maior eficácia no atendimento a essa clientela com características e necessidades educacionais específicas.
- O resgate da dívida educacional para com essa população não deve se restringir à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.
- A concretização das diretrizes e metas para a Educação de Jovens e Adultos requer a garantia e a programação de recursos públicos necessários.

Educação Profissional

- A profissionalização é um bem educacional ao qual todo cidadão deve ter acesso, beneficiando-se das conquistas tecnológicas da sociedade. É essencial que o trabalhador compreenda todo o processo produtivo e domine não apenas o fazer, mas também “o saber por que saber fazer”, “o saber criar”, “o saber mudar”, “o saber conviver” e o “saber ser”.
- A Educação Profissional é uma modalidade de ensino complementar à Educação Básica sem, contudo, concorrer com ela ou substituí-la. Uma Educação Profissional de qualidade pressupõe uma Educação Básica de qualidade.
- Visando atender a essa demanda, a oferta da Educação Profissional, em Mogi das Cruzes, se dá da seguinte forma:
 - no nível tecnológico, ela ocorre em instituições privadas de Ensino Superior;
 - no nível técnico, é oferecida por escolas pertencentes às redes estadual e privada e
 - no nível básico, é promovida pelo município por meio do centro de Iniciação Profissional – CIP, escolas públicas e privadas, outras Secretarias do Estado, como, por exemplo, a do Emprego e das Relações do Trabalho, por organizações não governamentais, sindicatos, empresas e diferentes instituições.
- Não há informações precisas sobre a oferta de formação para o trabalho, justamente porque ela é muito heterogênea. A heterogeneidade e a diversidade são elementos positivos, pois permitem atender a uma demanda muito variada. Mas há fatores preocupantes. O principal deles é que a oferta ainda é pequena e está longe de atingir a população jovem que precisa se preparar para o mercado de trabalho e a de adultos que a ele precisa se readaptar. As-

sociada a esse fato está a limitação de vagas nos estabelecimentos públicos, especialmente nas escolas estaduais de nível técnico e tecnológico, que aliam a formação geral de nível médio à formação profissional.

- A oferta de cursos de nível básico é muito difícil de ser computada com precisão por ser uma modalidade de educação não formal, não estando sujeita a regulamentação curricular e sendo oferecida de forma livre, em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade. Apesar disso, esses cursos abrangem um número considerável de participantes.

Profissionais da Educação

- A qualificação dos profissionais da Educação se apresenta como um dos maiores desafios para os sistemas de ensino do país. A implementação de políticas de formação inicial e contínua dos profissionais é uma condição essencial para o avanço científico e tecnológico do país, para a educação política e elevação cultural da população brasileira.

- É importante salientar a ação desses profissionais na construção de uma escola democrática, solidária e competente.

- A expectativa da sociedade brasileira, em relação ao papel da escola, é a de que ela, de fato, contribua para desenvolver os valores essenciais ao convívio humano e, ao mesmo tempo, proporcione oportunidades que permitam a inclusão de todas as nossas crianças e jovens no mundo da cultura, da ciência, da arte e do trabalho.

- Muitos estudos têm-se concentrado na questão da abertura e do enraizamento da escola na comunidade, como uma imposição de novos tempos. Advertem que ela tem de passar a ser mais mobilizadora e organizadora de um processo cujo movimento deve envolver os pais e a comunidade. Isso permitiria integrar os diversos espaços educacionais que existem na sociedade e, sobretudo, ajudar a criar esse ambiente científico e cultural que leve à participação e ao reforço das atitudes criativas do cidadão.

- A ampliação do universo cultural é, hoje, uma exigência colocada para a maioria dos profissionais. No caso dos profissionais da educação, ela é mais importante ainda.

- Os desafios contemporâneos impostos à escola básica e a seus profissionais precisam ser igualmente enfrentados nos cursos de formação contínua e permanente. As escolas devem criar condições objetivas de formação em serviço, para todos os níveis e modalidades de ensino, ampliando os espaços de trabalho pedagógico, de forma presencial e/ou a distância, oferecendo, assim, condições para a reflexão da equipe escolar sobre as suas práticas pedagógicas.

Democratização da Gestão Escolar

- Com o objetivo de promover e agilizar os procedimentos que possibilitarão a melhor qualidade dos serviços educacionais prestados à população, a administração municipal tem como uma de suas metas o fortalecimento da descentralização da gestão, nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira.

- A maior autonomia da escola corresponderá, proporcionalmente, à responsabilidade perante a sociedade de oferecer uma escola pública de qualidade para todos os cidadãos.
- A integração escola-comunidade deverá ser consolidada, para que a instituição de ensino possa firmar-se como um espaço privilegiado de debates de questões sociais emergentes, que conduzam à conscientização da importância da participação dos pais, alunos e comunidade, na construção de uma escola de qualidade para todos, que atenda as demandas de uma sociedade moderna, tecnológica e competitiva.

Financiamento da Educação

- Desde 2001, o trabalho da Secretaria de Educação tem sido guiado pelo lema “educação com qualidade social para todos”. Não basta ter escolas, é importante que o ensino ali ministrado seja de qualidade. Para isso, especial esforço deve ser feito, aplicando em educação, anualmente, um índice superior aos 25% da receita resultante de impostos previstos em lei, como vem sendo feito em Mogi desde 2001.
- Todas as unidades escolares devem dispor de condições para executar os seus planos educacionais e para que os professores possam realizar um bom trabalho. • O investimento na qualidade não pode se limitar aos recursos físicos e materiais. As escolas devem ser incentivadas a elaborar os seus próprios projetos educacionais, recebendo o apoio da Secretaria da Educação para o seu desenvolvimento.
- Além disso, são necessários programas suplementares de atendimento ao aluno, como o programa de alimentação escolar, o fornecimento de material escolar para todos aqueles que não têm condições financeiras para adquiri-los e o programa de transporte escolar para alunos da zona rural.
- Importantes, também, são os programas de atendimento psicológico aos alunos com dificuldade de aprendizagem ou distúrbios do comportamento, de atendimento multiprofissional aos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como os de cuidados à saúde do escolar.
- A rede municipal de ensino oferece elevado nível salarial aos profissionais da educação e uma real preocupação com a sua valorização, que é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino. Tal política deve ter continuidade.
- É importante notar que, embora tenhamos tido avanços consideráveis no desenvolvimento quantitativo e qualitativo na oferta de educação para crianças, jovens e adultos, as políticas públicas de financiamento da educação hoje existentes necessitam de urgentes adequações para melhor cumprir o seu papel.
- Para garantirmos a universalização da educação infantil, há necessidade de novas formas de captação de recursos, que possibilitem a execução de ações que privilegiem esse nível de ensino. Espera-se que, com a aprovação do Fundeb (Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica) em substituição ao Fundef, cuja PEC tramita pelo Congresso Nacional, os municípios tenham melhores condições de atender o ensino pré-escolar. É importante termos clareza de que a atual política de financiamento da educação tem inviabilizado a universalização da educação infantil.